



EDITORIAL

ANAIIS FCARP – ISSN 2965-0739

Vol. 3, n°2/2023 - Direito





EDITORIAL

ANAIIS FCARP – ISSN 2965-0739

Vol. 3, nº2/2023 - Direito



ANAIIS DO I SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO ORAL DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO



EVENTO VIRTUAL

ORGANIZAÇÃO:

Ma. MAILSA SILVA DE JESUS

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito da FCARP

Ma. CLEUSA BERNADETE LARRANHAGAS MAMEDES

Coordenadora do Núcleo de Trabalho de Curso – NTCC/FCARP

ARAPUTANGA – MT

2023



Autor Corporativo:

Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP

CNPJ. 37.500.808/0003-0

Avenida 23 de Maio, 02 – Centro, Araputanga-MT CEP: 78.260-000

Organização:

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Ma. Mailsa Silva de Jesus

Editores:

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Telefone: (65) 32611314 E-mail: revista@fcarp.edu.br

Comitê Científico:

Me. Ademir Patrik de Moura

Esp. Eleuzamar Maria da Silva

Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

Ma. Mailsa Silva de Jesus

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Waldemar Rosa Pereira

Editoração e Diagramação:

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Esp. Rafael Júnior Heleodoro

Periodicidade:

Fluxo Contínuo

Idiomas:

Português

ARAPUTANGA – MT
2023



SUMÁRIO

- 1. POR UMA POSSÍVEL DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL: PERSPECTIVAS JURÍDICAS E BIOÉTICAS FRENTE À CULTURA HISTÓRICA BRASILEIRA**
Aline Gonçalves Sá 09
- 2. MARITICIDIO COMETIDO POR MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LEGÍTIMA DEFESA OU EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA?**
Amanda de Lira Dutra 10
- 3. REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR. COMO POLÍTICA PÚBLICA: ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTTI**
Ana Paula dos Santos Obara 11
- 4. ATUAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS EM ARAPUTANGA**
Carlos Eduardo de Oliveira Bolognesi 12
- 5. O BULLYING NA ESCOLA E A RESPONSABILIDADE CIVIL: UM ESTUDO NA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT**
Cleidimara Cristina Francisco 13
- 6. DIREITOS TRABALHISTAS NA ÓTICA DA LEI PELÉ: UMA ANÁLISE SOBRE OS CONTRATOS DOS JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL**
Diego Gonçalves Moro 14
- 7. O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES MILITARES E A SUA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA**
Eduardo Roberto de Campos Moraes 15

8. DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E A APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.654/2012: UMA ANÁLISE DA COLETA DE PERFIL GENÉTICO COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E RESOLUÇÃO DE CASOS CRIMINAIS Eveli Siviero de Souza	16
9. A PROTEÇÃO JURÍDICA DO APOSENTADO OU PENSIONISTA CONTRA FRAUDES E DESCONTOS INDEVIDOS DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS Fábio Júlio da Silva Miler	17
10. AS INTERPRETAÇÕES LEGAIS SOBRE A CONCESSÃO OU NÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO DOENÇA DE PESSOA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO Gabriel de Sandre Pereira	18
11. POR UMA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Gabrielli Teixeira Fernandes	19
12. O DESCARTE DE EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS NOS RIOS DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS Hellen Cristina Mendes da Silva	20
13. DO DIREITO À EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE PANDEMIA Hêvilli Marques de Souza	21
14. LEI 14.133 E IMPACTO NOS MUNICÍPIOS Hygor Miranda da Silva	22
15. EDUCAÇÃO POLITICA E CIDADANIA: COM ÊNFASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 E NO ASPECTO CURRICULAR Jennifer Maria de Souza	23
16. TÍTULO OS REFLEXOS DAPANDEMIA CAUSA PELO CORONA VÍRUS COVID-19) NO ÂMBITO DO DIREITO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE O DESCUMPRIMENTO DE CONTRATOS ENTRE EMPRESAS Jheimison Willian de Lima Santos	24
17. O DIREITO PENAL DO INIMIGO E OS SERIAL KILLERS DA CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DO CASO PEDRINHO MATADOR João Pedro de Laet Vieira	25

- 18. SEGURIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO INSS NA CONCESSÃO DO DIREITO AO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE LABORAL**
Joel Marques de Queiroz 26
- 19. CRÉDITO RURAL E O DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE MATO GROSSO**
Karinne Batistela Lima 27
- 20. DIREITOS HUMANOS E IMIGRAÇÃO: UM ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO**
Keitily Stefany Franco Rodrigues 28
- 21. O SALÁRIO-MÍNIMO COMO GARANTIDOR DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PERANTE OS DIREITOS SOCIAIS REGIDOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
Letícia Rufino Santos 29
- 22. UM ESTUDO DAS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DAS LEIS 13.827/2019 E 13.984/2020 À LEI MARIA DA PENHA**
Luara Petreli Silva 30
- 23. FOME, MISÉRIA E DOR EM PROL DA JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS ARQUÉTIPOS DAS PERSONAGENS DO ANIME SUPPUDEN E A HISTORICIDADE SOB A PERCEPÇÃO DA ROSA DE HIROSHIMA EM VINÍCIUS DE MORAES E A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ**
Lucas Torrente da Mata 31
- 24. APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**
Luziane da Silva Barros 32
- 25. DIREITO ELEITORAL: A INTERNET COMO MEIO E INSTRUMENTO DE PROPAGANDA ELEITORAL PERANTE A LEGISLAÇÃO**
Marcos Eduardo Alves de Castro 33
- 26. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRÁTICA DO FUTEBOL E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT**
Mariana Gonçalves Silva 34
- 27. ASSÉDIO SEXUAL SOB A ÓTICA DO DIREITO DO TRABALHO: AS CONSEQUÊNCIAS PARA O EMPREGADO E EMPREGADOR**

Marianne Oliveira Pirelli	35
28. EUTANÁSIA: LIBERDADE DE ESCOLHA, DIREITO A VIDA OU DIGNIDADE	
Mateus Gonçalves Marassi	36
29. INFÂNCIAS NA INTERNET: OS CAMINHOS DA EROTIZAÇÃO INFANTIL PARA A PEDOFILIA	
Matthew Rodrigues de Paula	37
30. A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO PRISMA DA BIOÉTICA: O ECOAR DAS VOZES FEMININAS PELOS SEUS DIREITOS	
Nayara Clarissa da Silva Rimi	38
31. A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PELO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE MIRASSOL D’ OESTE-MT E A EFETIVIDADE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE GÊNERO: ESTUDO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS	
Pâmela Karine Dias Paixão dos Santos	39
32. POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO À LEI Nº 12.850/2013: AS IMPLICAÇÕES NO TRÁFICO DE DROGAS E CRIME ORGANIZADO NA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Pedro Henrique Teixeira Menezes	40
33. TRABALHADOR RURAL: GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À APOSENTADORIA	
Rodrigo Beraldi Brauno	41
34. O DIÁLOGO COMPETITIVO E AS LICITAÇÕES PÚBLICAS: PRINCIPAIS ASPECTOS E NUANCES	
Roselaine de Oliveira Alexandre	42
35. REFORMA DA PREVIDENCIA SOCIAL, EMENDA CONSTITUCIONAL 103 DE 2019: IMPACTOS NA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	
Rubens Jesus de Souza	43
36. ATO INFRACIONAL: A INEFICIÊNCIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS CUMULADAS COM SERVIÇO COMUNITÁRIO APLICADAS PELO PODER JUDICIARIO NA COMARCA DE ARAPUTANGA-MT NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2020 A AGOSTO DE 2023	
Ryan J. Lima Seba	44

- 37. CRIPTOATIVOS E A BLOCKCHAIN: COMO ESSA TECNOLOGIA PODE SER BENEFICENTE NA PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS NO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO**
Sâmela Santana Almeida Braga 45
- 38. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: NECESSIDADE DE LANÇAMENTO EM DEFINITIVO DO TRIBUTO ANTES DA AÇÃO PENAL**
Thailan Ventura Garrio..... 46
- 39. ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ - FCARP**
Thais Vitoria Oliveira Silva 47
- 40. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO NA PRESERVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**
Thiago Aguiar da Silva 48
- 41. OS DIREITOS DO NASCITURO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACERCA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DA VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**
Thiago Bruno Gonçalo da Silva 49
- 42. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER À LUZ DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
Vanessa Eloíza da Silva 50
- 43. A (DES) FLEXIBILIZAÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: MEDIDAS NORMATIVAS E DISCURSOS EM OPOSIÇÃO SOBRE A POSSE E O PORTE DE ARMAS NO BRASIL**
Vitor Paulo Rodrigues Santos 51
- 44. INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO JOVEM: A GARANTIA DO TRABALHO COMO DIREITO FUNDAMENTAL**
Walter Lopes Nascimento 52

**POR UMA POSSÍVEL DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL:
PERSPECTIVAS JURÍDICAS E BIOÉTICAS FRENTE À CULTURA HISTÓRICA
BRASILEIRA**

Aline Gonçalves Sá

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com objetivo de melhor compreender todas as questões que envolvem o aborto e quais medidas poderão ser possíveis para a sua legalização, para que a cada vez mais a saúde das mulheres não seja colocada em situação de risco apenas por ser considerada uma prática ilegal a sua realização. Este trabalho de conclusão de curso tem como intuito primeiro tentar encontrar um equilíbrio entre as duas perspectivas extremas, quer seja, reconhecendo a importância dos direitos da mãe, especialmente em situações de risco à saúde ou quando a gravidez é resultante de estupro ou incesto. As razões para buscar um aborto podem variar, incluindo razões médicas (risco para a saúde da mãe ou anomalias graves fetais), razões sociais (circunstâncias financeiras, idade, falta de apoio) e razões pessoais (decisão da mulher). No entanto, essas abordagens também reconhecem que há um ponto após o qual o feto tem direitos e que o aborto indiscriminado pode ser problemático. As leis e políticas em relação à saúde reprodutiva e contracepção têm um impacto direto na autonomia reprodutiva das pessoas. Leis restritivas ou falta de acesso a serviços de qualidade podem limitar a tomada de decisões autônomas. Em resumo, o aborto é um tema complexo que envolve considerações médicas, éticas, legais e pessoais. As opiniões sobre o aborto variam amplamente e continuam a ser um assunto de debate em todo o mundo. A legalidade e a acessibilidade do aborto dependem da legislação e da política de cada país. Este trabalho será caracterizado através de pesquisa predominantemente qualitativa e exploratória e seu método de análise de dados será o diagnóstico.

Palavras-chave: Aborto. Descriminalização. Saúde feminina.

**MARITICIDIO COMETIDO POR MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA: LEGÍTIMA DEFESA OU EXIGIBILIDADE DE CONDUTA
DIVERSA?**

Amanda de Lira Dutra

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com objetivo de melhor compreender a violência doméstica contra a mulher como um fenômeno múltiplo e complexo que tem gerado um grande impacto na população, este trabalho de conclusão de curso tem como intuito primeiro compreender os fundamentos da justificção de condutas a partir da invocação de legítima defesa na ocorrência do homicídio e problematizar, a essa luz, a atuação de mulheres agredidas em desfavor de seu companheiro ou cônjuge. Justificar o tema uma vez que a violência contra a mulher é um fenômeno histórico, fruto das relações de desigualdade de gênero, as quais, conjuntamente com as desigualdades de classe, raça e sexualidade, estão imbricadas aos interesses do modo de produção capitalista. Quanto a metodologia, em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com caráter dedutivo, a delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de livros, artigos, teses, legislação publicadas no Brasil o que permitiu a chegar a uma conclusão, que decorreu da coleta dos dados bibliográficos, para que então podesse conhecer o tema. Os resultados indicam que a inexigibilidade de conduta diversa pode ser compreendida como uma condição geral de culpabilidade, ou seja, só poderá ser punido aquele que agiu quando poderia não agir, ou agir de maneira diferente. A tese da legítima defesa antecipada também poderia ser aplicada a casos de mulheres vítimas de violência que ajam contra o agressor, pois, diferentemente da legítima defesa clássica, não exige uma agressão atual ou iminente bastando que esta seja futura e certa.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Direito penal. Legítima defesa

**REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR. COMO POLÍTICA
PÚBLICA: ASSENTAMENTO IRMÃ DOROTTI**

Ana Paula dos Santos Obara

Orientadora: Profª. Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

O objetivo deste artigo é, abordar o principais características inerentes a reforma agrária e a promoção da agricultura familiar, como exemplos de políticas públicas cruciais para abordar questões de desigualdade de terra, desenvolvimento rural e segurança alimentar no Brasil. Revelando a complexidade dessas políticas por meio do Assentamento Irmã Dorotti, uma comunidade de agricultores familiares no estado do Mato Grosso. Com base em entrevistas realizadas com membros do assentamento, várias questões emergem. A primeira delas é a dificuldade em obter documentação legal para a posse da terra. Os processos burocráticos e a lentidão na legalização das terras representam desafios significativos para os agricultores familiares, limitando seu acesso a recursos e políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar das dificuldades, o Assentamento Irmã Dorotti reconhece que a reforma agrária trouxe benefícios para a qualidade de vida da comunidade. No entanto, é evidente que há muito a ser feito para otimizar as políticas públicas e superar os entraves burocráticos e estruturais que afetam a agricultura familiar. O objetivo deste trabalho é enfatizar as características e finalidades no que concerne ao direito agrário/fundiário, ressaltando os principais pontos inerentes ao tema. Nesse contexto, é fundamental promover o diálogo contínuo entre o poder público, representantes do assentamento e organizações da sociedade civil para identificar pontos fracos e implementar ações efetivas. O método utilizado foi o qualitativo, e pesquisa de campo com aplicação de questionário, valendo-se ainda de pesquisa bibliográfica do tema. Utilizando-se do método de análise de dados indutivo. Os resultados obtidos expõe, como é necessário repensar os procedimentos burocráticos relacionados à reforma agrária e investir em infraestrutura e assistência técnica para garantir o desenvolvimento sustentável do Assentamento Irmã Dorotti e de outras comunidades agrícolas similares no Brasil.

Palavras-Chave: Reforma agrária. Agricultura familiar. Assentamento

ATUAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS EM ARAPUTANGA

Carlos Eduardo de Oliveira Bolognesi

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

O artigo analisa a atuação e estruturação de facções criminosas em Araputanga. Traz, também, um estudo das políticas de segurança pública, promovidas pelo Estado, para combater o crime de organização criminosa. A abordagem metodológica é qualitativa. O levantamento de dados se fundamenta em pesquisa bibliográfica e entrevistas aos agentes de segurança pública. Por meio da pesquisa foi possível identificar as principais facções criminosas presentes no município de Araputanga, os indicadores criminais e, ainda, ter uma percepção dos instrumentos de combate ao crime organizado.

Palavras-Chave: Crime organizado. Facção Criminosa. Segurança Pública

**O *BULLYING* NA ESCOLA E A RESPONSABILIDADE CIVIL: UM ESTUDO NA
ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT**

Cleidimara Cristina Francisco

Orientadora: Prof^a Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

RESUMO

A violência nas escolas assume dimensões preocupantes na atualidade, e o *bullying* é uma das formas de manifestação, praticada de forma recorrente por crianças e jovens no período de sua escolarização com repercussões ao longo da vida dos praticantes e principalmente, das vítimas. A pesquisa tem como objetivo compreender o *bullying* nas escolas e a responsabilidade civil das instituições escolares. A pesquisa foi realizada no município de Curvelândia – MT. A metodologia adotada é na abordagem qualitativa e descritiva. Por meio de levantamento bibliográfico e da legislação, buscamos esclarecer o que é o *bullying* e os reflexos no ambiente escolar. Por meio de um questionário, buscamos analisar o contexto em que o *bullying* acontece na escola do município de Curvelândia, tendo como objetivo saber se já haviam sofrido *bullying*, e se já tinham presenciado e quais as medidas que foram adotadas, além do conhecimento sobre a responsabilidade civil, perante os fatos. Quanto ao método de análise, foi adotado o indutivo. Os resultados apontam para a prática de atos agressivos causando danos psicológicos às vítimas deste comportamento. Observou-se a necessidade de projetos escolares de intervenção de cunho preventivo e de combate ao *bullying* a longo prazo com o comprometimento de todos os educadores e seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying*. Responsabilidade civil. Instituições de Ensino.

**DIREITOS TRABALHISTAS NA ÓTICA DA LEI PELÉ: UMA ANÁLISE SOBRE OS
CONTRATOS DOS JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL**

Diego Gonçalves Moro

Orientador: Prof. Me. Jean Dias Ferreira

RESUMO

O TCC "Direito Trabalhista na Ótica da Lei Pelé: Uma Análise dos Contratos dos Jogadores Profissionais de Futebol" investiga a interseção entre o direito trabalhista e a regulamentação do futebol profissional no Brasil, sob a égide da Lei Pelé. O estudo examina como essa legislação impacta os contratos dos jogadores de futebol, abordando aspectos como autonomia dos clubes, cláusulas contratuais, direitos de imagem e transferências. A pesquisa destaca as mudanças significativas introduzidas pela Lei Pelé em 1998, incluindo a flexibilização das negociações contratuais e a proteção dos direitos dos jogadores. Também discute as questões controversas que surgiram, como a "cláusula de rescisão" e a situação dos jogadores menores de idade. Ao analisar os contratos dos jogadores profissionais, o estudo examina detalhes contratuais cruciais para entender o funcionamento do futebol brasileiro. Além disso, destaca a importância desses contratos para o sucesso tanto dos jogadores quanto dos clubes. O TCC reconhece que, apesar dos avanços proporcionados pela Lei Pelé, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a distribuição equitativa de recursos e a garantia de direitos adequados aos jogadores. Conclui que a análise contínua dessas questões é fundamental para promover um ambiente justo e equitativo no futebol brasileiro, onde jogadores, clubes e outros envolvidos possam prosperar.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Trabalhista. Direito Contratual Direito Desportivo.

**O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES MILITARES E A SUA VIOLÊNCIA
PSICOLÓGICA**

Eduardo Roberto de Campos Moraes

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) investiga o assédio moral nas relações militares, uma problemática que afeta significativamente o ambiente de trabalho das Forças Armadas. Este estudo tem como objetivo principal analisar as causas, consequências e estratégias de prevenção do assédio moral no contexto militar. A pesquisa inicia com uma revisão teórica que abrange conceitos fundamentais relacionados ao assédio moral, destacando suas características, manifestações e impactos psicossociais. Além disso, explora a literatura relacionada à cultura organizacional militar e à hierarquia, a fim de compreender como esses fatores podem influenciar a ocorrência do assédio moral. A abordagem é qualitativa com fase exploratória seguida de fase descritiva. A coleta de dados é fundamentada na pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que o assédio moral nas relações militares pode prejudicar seriamente o bem-estar psicológico dos indivíduos afetados, afetando também o desempenho e a coesão nas unidades militares. Além disso, identificam-se fatores como a cultura organizacional e a falta de canais efetivos de denúncia como elementos que contribuem para a persistência desse problema.

Palavras-chave: Assédio Moral. Forças Armadas. Cultura Organizacional. Prevenção. Bem-Estar Psicológico.

**DO PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO E A APLICABILIDADE DA
LEI Nº 12.654/2012: UMA ANÁLISE DA COLETA DE PERFIL GENÉTICO
COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E RESOLUÇÃO DE CASOS
CRIMINAIS**

Evelli Siviero de Souza

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

A Lei n. 12.654/2012, ao introduzir modificações nas Leis n. 12.037/2009 e n. 7.210/1984, incorporou ao sistema jurídico brasileiro a permissão para a utilização da análise de material genético durante investigações criminais, visando identificar os responsáveis pelos delitos. Adicionalmente, estabeleceu a obrigatoriedade para condenados por crimes hediondos ou com violência grave contra a pessoa de fornecerem amostras para serem armazenadas em bancos de dados genéticos. Desde a promulgação dessa lei, sua compatibilidade com o princípio da não autoincriminação tem sido objeto de discussões, especialmente devido à imposição, em determinadas circunstâncias, da coleta compulsória de material genético do réu. Portanto, o principal desafio deste estudo é analisar se a extração de material genético prevista na Lei n. 12.654/2012 representa uma violação ou não ao princípio do *nemo tenetur se detegere*. A abordagem é qualitativa por meio de revisão bibliográfica. O método de análise é a Hermenêutica Jurídica. Os resultados indicam que a Lei n. 12.654/2012, ao introduzir a possibilidade de coleta compulsória de material genético em determinadas circunstâncias, representa um desafio significativo para o princípio do *nemo tenetur se detegere*, que preconiza o direito de não se autoincriminar, sendo importante considerar a necessidade de um equilíbrio entre a busca por evidências criminais e a proteção dos direitos individuais.

Palavras-chave: Lei 12.654/2012. Identificação Criminal. Princípio da não Autoincriminação. Perfil Genético.

**A PROTEÇÃO JURÍDICA DO APOSENTADO OU PENSIONISTA CONTRA
FRAUDES E DESCONTOS INDEVIDOS DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS**

Fábio Júlio da Silva Miler

Orientadora: Profª Dra. Claudirene Andrade Ribeiro

RESUMO

O artigo discute a questão relativa aos descontos indevidos nas contas correntes de recebimento de aposentadorias e pensões dos aposentados e pensionistas, em decorrência de valores cobrados a título de tarifas bancárias não contratadas especificamente e/ou de fraudes praticadas por terceiros que se utilizam dos dados sensíveis desses consumidores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se valeu do método de estudo dedutivo e pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que os descontos indevidos nas contas dos consumidores muitas vezes ocorrem em decorrência da desinformação desses, seja pela má vontade dos funcionários de instituições financeiras em explicar e esclarecer as dúvidas ou as obrigações com as quais a pessoa terá que arcar por escolher determinados serviços, seja pelo fato dessas explicações nem sempre serem fornecidas em linguagem acessível ao consumidor, que desconhece os termos técnicos utilizados. Verificou-se que a existência de uma ampla gama de normas aplicáveis ao consumidor bancário idoso, a qual é capitaneada especialmente pelo art. 230 e outros dispostos na Constituição Federal e art. 39, IV, do Código de Defesa do consumidor, Lei 8.078/90., sistema legal de proteção aos aposentados e pensionistas que permite que esses sejam ressarcidos pelos Bancos em caso de fraudes em suas contas correntes e ou descontos indevidos, que frequentemente ocorrem, mas que nem sempre esses consumidores possuem ciência dessa proteção. Desse modo, conclui-se pela necessidade de avanço nas formas de informação a esse grupo de consumidores com vistas a garantir a eficácia da legislação especial a eles aplicável.

Palavras-Chave: Fraudes em contas. Descontos bancários indevidos. Idosos. Aposentados e Pensionistas.

**AS INTERPRETAÇÕES LEGAIS SOBRE A CONCESSÃO OU NÃO DO ACESSO
AO AUXÍLIO DOENÇA DE PESSOA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO**

Gabriel de Sandre Pereira

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

Este artigo se concentra na análise do posicionamento dos tribunais em relação à concessão de auxílio doença para indivíduos com transtorno depressivo. A questão central gira em torno do artigo 151 da lei 8.213/91, especificamente se este artigo representa uma lista taxativa ou meramente exemplificativa de condições para a concessão desse benefício. Para entender esse contexto, é fundamental contextualizar o auxílio doença, a seguridade social e a depressão, que serviram como base para esta pesquisa. O método utilizado na elaboração deste estudo foi o dedutivo, caracterizado por partir de princípios gerais para chegar a conclusões específicas. A abordagem exploratória foi adotada para ampliar o conhecimento e a compreensão do fenômeno em questão. As informações técnicas necessárias para esta pesquisa foram coletadas em diversas fontes, incluindo livros, doutrinas, jurisprudência, artigos, revistas, legislação e teses acadêmicas. Com base nesses fundamentos, este artigo obteve resultados significativos e esclarecedores, contribuindo para a compreensão do tratamento dado aos casos de transtorno depressivo em relação à concessão do auxílio-doença pelos tribunais.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade Social. Auxílio Doença. Depressão.

**POR UMA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A
ÓTICA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Gabrielli Teixeira Fernandes

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente artigo de conclusão de curso tem como objetivo identificar quais são as medidas socioeducativas e de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como discorrer acerca da eficácia ou não das mesmas. Será abordado quanto as políticas públicas previstas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesta perspectiva, fazer-se-á uma volta no tempo, fazendo uma alusão aos direitos adquiridos pelos menores no Brasil, comentando desde a primeira legislação específica até a atual denominada como Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja finalidade é a proteção integral das crianças e adolescentes. O método de pesquisa utilizado é dedutivo com abordagem qualitativa. Os procedimentos técnicos utilizados para esta pesquisa foram bibliográfico, dedutivo e qualitativo. Por fim, a presente pesquisa tem como intuito discorrer acerca das medidas de proteção e medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo um parâmetro com a evolução da legislação para com os menores de 18 (dezoito) anos, destacando quanto a importância das Políticas Públicas para as crianças e os adolescentes.

Palavras-chave: Princípio da Proteção Integral. Políticas Públicas. Medidas Socioeducativas e de Proteção.

**O DESCARTE DE EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS NOS RIOS DO
MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA: IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS**

Hellen Cristina Mendes Da Silva

Orientadora: Prof^a Ma. Edna Soares Da Silva

RESUMO

O presente artigo estuda o descarte de efluentes e resíduos sólidos nos rios do município de Araputanga: implicações ambientais. Devido ao fato do direito de todo indivíduo a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao acesso a saneamento básico, fez-se necessária esta discussão. O objetivo foi conhecer os direitos ambientais referente às águas dos rios que possuímos e apresentar a perspectiva da população da cidade diretamente afetada. A metodologia utilizada foi a qualitativa, de caráter descritivo e pesquisa de campo com aplicação de questionário, com perguntas discursivas, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Por fim, o método escolhido para a análise dos dados foi o indutivo. Os resultados confirmam que grande parte dos problemas está ligada às limitações das medidas de políticas públicas e ao acesso a saneamento básico. Com isso, não se garante o direito ao saneamento básico de qualidade para todos. Também se observa a ineficiência das políticas públicas existentes para o enfrentamento de tal tema, bem como a falta de aplicação da legislação brasileira.

Palavras-Chave: Rios. Descarte. Efluentes domésticos.

**DO DIREITO À EDUCAÇÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS SURDAS EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

Hêvilli Marques De Souza

Prof.^a Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

RESUMO

Este estudo fundamentou-se sobre a implicação o uso de máscara prejudicou a comunidade surda tanto na forma de comunicação quanto na incapacidade de leitura labial, e a acessibilidade a informação sobre os cuidados da pandemia se mostrou precária e inacessível devido das restrições e medida de segurança para pessoa surda. O presente trabalho tem como objetivo principal de compreender as dificuldades enfrentadas em tempo pandêmico a respeito da utilização de máscara obrigatória, quanto ao direito a acessibilidade de pessoas surdas à educação durante a pandemia de COVID-19. O objetivo específico é: investigar se durante e pós-pandemia, houve algum direito fundamental estabelecido em legislação que garante o direito acessibilidade à educação do surdo. A pesquisa tem caráter qualitativo. Os resultados assinalaram os principais temas abordados como: acessibilidade, direito a educação, relações familiares, formação profissional, entre outros. Ficara evidente que o processo de ensino-aprendizagem de pessoa surda foi prejudicado por limitações comunicativas, pela inadequada formação dos profissionais envolvidos e pela falta de conhecimento pedagógicos. Na conclusão, constata que a Educação de surdos durante a pandemia apresenta muitos desafios que antecedem o momento pandêmico e que têm se agravado. Muitos problemas observados foram majorados e demandam maior reflexão e ação por parte da comunidade escolar, bem como da sociedade em geral.

Palavras-Chave: Direito a Educação. Inclusão de Alunos Surdos. Pandemia COVID-19.

LEI 14.133 E IMPACTO NOS MUNICÍPIOS

Hygor Miranda da Silva

Orientadora: Prof^a Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

Licitar é regra, e é imprescindível para o gerenciamento de recursos, evitar fraudes, garantir os princípios constitucionais aplicado ao setor público e outras variáveis fundamentais à destinação correta das receitas do Estado. Com base nesses princípios, o Legislador editou a nova lei de licitações, lei 14.133 de 2021, que, dentre as suas finalidades, uma das principais é garantir a escolha da proposta mais vantajosa à administração pública. O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise acerca dos principais pontos que acompanham as mudanças procedentes do advento da Lei nº 14.133/ 2021, que elencou novos parâmetros aos processos licitatórios na esfera da Administração Pública, em especial do impacto nos municípios e suas possíveis consequências jurídicas. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de caráter descritivo, o procedimento técnico adotados foi revisão bibliográfica, na qual buscou-se por doutrinas, jurisprudências e legislação inerente a temática, além disso, o método foi o indutivo. Observou-se que para que a Administração Pública realize as necessidades inerente ao interesse público, faz-se necessário a contratação através de terceiros, considerando que o modelo de administração gestora, adotado na sociedade hodierna, faz com que sejam priorizadas as contratações com particulares ao invés de executar os serviços por si mesma. O resultado confirma que houve várias melhorarias pelo novo ordenamento jurídico, mas o mesmo ficou mais complexo, sendo, inicialmente, de difícil aplicação aos pequenos municípios, logo, tiveram mais dificuldades para se adaptarem ao novo procedimento licitatório.

Palavras-chave: Lei de Licitações. Gerenciamento de Recurso. Administração Municipal.

**EDUCAÇÃO POLITICA E CIDADANIA: COM ÊNFASE NA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL 1988 E NO ASPECTO CURRICULAR**

Jennifer Maria de Souza

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

No Brasil, o ensino de Ciência Política possui pouca visibilidade na educação básica e, conseqüentemente, é um objeto de pesquisa ainda pouco explorado. Diante dessa situação, o presente artigo tem como objetivo compreender a influência do conhecimento sobre o direito a cidadania, por intermédio da educação política e de que forma isso se reflete no sistema democrático brasileiro. Quanto a metodologia, em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com caráter dedutivo, a delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de livros, artigos, teses, legislação publicadas no Brasil o que permitiu a chegar a uma conclusão, que decorreu da coleta dos dados bibliográficos, para que então pode-se conhecer o tema. Os resultados indicam que o ensino de Ciência Política apresenta grande importância para a formação dos jovens estudantes, integrando-os de forma protagonista em um espaço pedagógico de educação política. Isso é possibilitado por meio da presença qualificada de conteúdos de Ciência Política no currículo escolar, que permite uma formação teórica que capacite os estudantes a debater, discutir, conhecer temáticas ligadas à política e à participação, ao mesmo tempo em que oferece orientações à prática e ao desenvolvimento analítico crítico, que contribua para uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-Chave: Cidadania. Educação Política. Democracia

TÍTULO OS REFLEXOS DA PANDEMIA CAUSA PELO CORONA VÍRUS COVID-19) NO ÂMBITO DO DIREITO EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE O DESCUMPRIMENTO DE CONTRATOS ENTRE EMPRESAS

Jheimison Willian de Lima Santos

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

A pandemia de Covid-19 teve impactos significativos nas relações contratuais entre empresas, gerando desequilíbrio e excesso de onerosidade. Este estudo analisou as possibilidades legais de revisão contratual em tempos pandêmicos, destacando a força maior e a teoria da onerosidade excessiva. A força maior, reconhecida no Código Civil Brasileiro, permitiu a suspensão temporária das obrigações contratuais afetadas por eventos imprevisíveis, enquanto a teoria da onerosidade excessiva possibilitou a revisão ou resolução de contratos diante de mudanças nas circunstâncias. Os tribunais brasileiros reconheceram a caracterização de força maior em contratos afetados pelas medidas de restrição impostas devido à pandemia, facilitando a revisão dos termos contratuais. A arbitragem também emergiu como uma alternativa eficaz na resolução de disputas contratuais durante a pandemia. Medidas legislativas emergenciais e a importância da comunicação e documentação adequada entre as partes foram destacadas como elementos fundamentais para lidar com os desafios legais decorrentes da pandemia no âmbito do Direito Empresarial. Este estudo contribui para a compreensão das implicações jurídicas do descumprimento de contratos empresariais em tempos de crise e enfatiza a importância de um quadro legal flexível e adaptável.

Palavras-chave: Pandemia. Teoria da Imprevisão. Direito Empresarial. Contratos. Força Maior. Onerosidade Excessiva.

**O DIREITO PENAL DO INIMIGO E OS SERIAL KILLERS DA
CONTEMPORANEIDADE: UM ESTUDO DO CASO PEDRINHO MATADOR**

João Pedro de Laet Vieira

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com o intuito de compreender e detalhar a periculosidade dos Assassinos em Série, bem como debater possíveis cenários que podem ser acarretados caso a sociedade continue à trata-los como meros criminosos. Assassinos em Série possuem uma periculosidade incompreensível, podendo estar ao lado de qualquer um sem que aja tempo de ser percebido. Na atualidade, não pode ser aceitável que pessoas cometam crimes hediondos e possam contar história como se fosse uma ficção, deve-se existir uma repressão que tire tal conforto. O objetivo central do trabalho é realizar a abordagem e análise dos detalhes que envolvem um Assassino em Série e como isso afeta a sociedade. Propõe-se demonstrar como estes agentes nascem e como é necessário haver um julgamento diferente por parte da Legislação quanto aos crimes perpetrados por eles. Também, analisar e demonstrar a conceituação atual dos psicopatas, como se assemelham com os Assassinos em Série e a aplicação do Direito Penal para estes casos atualmente. Para isso, faz-se uso dos métodos e procedimentos de pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e dedutiva.

Palavras-chave: Legislação Penal. Psicologia Forense. Serial Killer.

**SEGURIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO
INSS NA CONCESSÃO DO DIREITO AO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE
LABORAL**

Joel Marques de Queiroz

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

O presente trabalho traz um enfoque de grande relevância para todos os segurados da Previdência social; trata-se de Seguridade Social, veremos que, a previdência social no Brasil, possui um dos três pilares da seguridade social de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu art. 194, sendo os outros dois a saúde e a assistência social; os quais, juntos, garantem aos filiados e contribuintes seus direitos como beneficiários, quando esses são atingidos por diversos infortúnios e anormalidades de saúde e situação de extrema necessidade. A Previdência Social tem caráter contributivo e precisa manter o equilíbrio atuarial, por essa razão, é necessário sempre passar por reformas. Somente pode usufruir dos benefícios os que contribuem, conforme as normas do INSS (Instituto Nacional da Previdência Social), pois dessa forma, mantem se o equilíbrio financeiro, garantindo assim, a viabilidade do fundo da previdência, mantendo os pagamentos atuais e futuros. Esse trabalho traz uma breve contribuição histórica da previdência no Brasil, a partir da lei Eloy Chaves, passando por diversas mudanças e alterações e reformas chegando na legislação vigente dos dias atuais; lembrando que, as reformas na previdência acontecem, procurando sempre encontrar, o equilíbrio financeiro. Assim com o objetivo de conhecer os critérios adotados pelo INSS, no caso de indeferimento do benefício após perícia médica, e saber, quais os critérios adotados na análise dos documentos comprobatórios, bem como, saber quando o segurado tem direito garantido ao benefício, com essas finalidades, adotando a metodologia de revisão bibliográfica, concluímos, esse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Seguridade social. Benefício por incapacidade. Perícia médica.

**CRÉDITO RURAL E O DESEMPENHO DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE
MATO GROSSO**

Karinne Batistela Lima

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com objetivo de melhor compreender o Crédito Rural e o Desempenho do Agronegócio no Estado de Mato Grosso, este trabalho de conclusão de curso tem como intuito primeiro entender o que é um crédito rural e seus benefícios para toda sociedade, ainda entendermos também o quanto o agronegócio é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. É de suma importância enfatizar a conexão do Crédito Rural com o Direito, onde os dois andam lado a lado o tempo todo. Desta Forma, este trabalho busca exatamente trazer à tona esta conexão, apresentando todos os requisitos para se obter um crédito rural. Assim o crédito rural é o financiamento destinado ao segmento rural, onde os produtores rurais utilizam os recursos concedidos pelas instituições financeiras nessa linha de crédito de diversas maneiras na sua propriedade. Por exemplo, podem investir em novos equipamentos e animais ou custear matéria prima para o cultivo. Ainda, será tratado também sobre o desempenho do agronegócio do Estado de Mato Grosso, uma vez que será feita a conexão do crédito com o agronegócio, afinal um o crédito rural adquirido para ser investido no agronegócio, aqui em especial tratando do Estado de Mato Grosso. Para isso, utilizou-se dos métodos e procedimentos de pesquisa bibliográfica, qualitativa e dedutiva.

Palavras-chave: Direito Agrário. Tipos de Financiamento. Crédito Rural.

DIREITOS HUMANOS E IMIGRAÇÃO: UM ESTUDO DOS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO

Keitily Stefany Franco Rodrigues

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonioni Rodrigues

RESUMO

O estudo buscou apresentar os Direitos Humanos e imigração: Um estudo dos impactos sociais e econômicos na região sudoeste de Mato Grosso. A imigração ocorre pela persistência de conflitos armados, da fome, das guerras e de perseguições políticas impedindo que os cidadãos tenham plenos direitos fundamentais em seus países de origem. O objetivo geral teve por finalidade estudar a relação Direitos Humanos e Imigração, assim como, os impactos sociais e econômicos na região sudoeste de Mato Grosso. A problemática: Qual a relação entre Direitos Humanos e imigração e quais as dificuldades no processo de aquisição de dupla cidadania americana e brasileira e a sua previsão na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tipos, as causas e impactos da imigração de grande parte de cidadãos da região sudoeste de Mato Grosso para os Estados Unidos? A metodologia utilizada foi à qualitativa, o princípio de delineamento foi estudo bibliográfico, o método escolhido foi o dedutivo. A conclusão a que se chega, portanto, é que a população é forçada a imigrar devido às más condições de vida, conflitos armados, fome, guerra e perseguição.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos. Imigração. Impactos socioeconômicos.

**O SALÁRIO-MÍNIMO COMO GARANTIDOR DA DIGNIDADE DA
PESSOAHUMANA PERANTE OS DIREITOS SOCIAIS REGIDOS PELA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Letícia Rufino Santos

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Esta pesquisa analisa o “salário-mínimo como garantidor da dignidade da pessoa humana perante os direitos sociais regidos pela Constituição”, relacionando-o à dignidade da pessoa humana, a partir da leitura do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Esse dispositivo garante prerrogativas inerentes à “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados”. A abordagem é qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e método dialético de análise. Aplicou-se questionário às duas últimas turmas do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga (FCARP), por meio da plataforma *Google Forms*. Constatou-se que o salário-mínimo vigente é incapaz de garantir todas as garantias dispostas no art. 6º da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, ocorrendo detrimento nas prerrogativas vitais da dignidade pessoa humana. Isso faz com que o trabalhador, ao receber a contraprestação, destine esse valor para as demandas mais urgentes, como alimentação, água, luz e moradia, não comportando outras necessidades básicas, como saúde, educação, lazer, transporte e previdência social.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da Pessoa Humana. Necessidades Básicas. Salário-Mínimo.

**UM ESTUDO DAS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DAS LEIS 13.827/2019 E
13.984/2020 À LEI MARIA DA PENHA**

Luara Petreli Silva

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as leis 13.827/2019 e 13.984/2020 e verificar quais as mudanças que estas trouxeram à Lei Maria da Penha, bem como os direitos adquiridos pelas vítimas e as obrigações impostas aos agressores. O principal objetivo é analisar as modificações trazidas pelas citadas leis, como também os direitos e obrigações adquiridos. A abordagem é qualitativa com intuito de estudar e compreender as peculiaridades do assunto dissertado, neste sentido, também será descritivo haja vista que visa descrever o processo de criação até as últimas alterações introduzidas. A coleta de dados se fundamenta na pesquisa bibliográfica, sendo o método de análise o hermenêutico jurídico, o que possibilita interpretar os dispositivos legais, visando uma melhor compreensão da temática. Os resultados indicam que ambas as leis impactaram diretamente as políticas públicas de prevenção a violência doméstica, buscando reprimir e erradicar tais práticas e garantir uma ampla proteção as vítimas.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Medida Protetiva de Urgência.

**FOME, MISÉRIA E DOR EM PROL DA JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DOS
ARQUÉTIPOS DAS PERSONAGENS DO ANIME SHIPPUDEN E A
HISTORICIDADE SOB A PERCEPÇÃO DA ROSA DE HIROSHIMA EM VINÍCIUS
DE MORAES E A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ**

Lucas Torrente da Mata

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com o intuito de compreender a obstáculos a promoção de Cultura de Paz, este estudo traz questões pertinentes a natureza humana que no decorrer da história é marcada por constantes conflitos e guerras. No meio jurídico, não diferente, visto com a cultura da Litígio é a predominante nos ordenamentos jurídicos. O objetivo da pesquisa é analisar os arquétipos presentes no enredo do Anime Naruto Shippuden e relacionando com o significado histórico do Poema Rosa de Hiroshima juntamente com os conceitos de Justiça, estabelecer o referencial teórico que promova Cultura de Paz. Dos resultados, é mostrado o no anime história ficcional do Mundo Ninja marcada por vários conflitos e guerras entre as vilas e países. Em específico, é tratado no o arco "Ataque da Vila da Folha", no qual acontece o diálogo entre Naruto (O protagonista) e Nagato (O antagonista), sobre a concepção do Ciclo de Ódio que é a fonte dessas guerras e abrange conceitos como: Vingança e Justiça, Guerra e Paz. Já no poema é contextualizado as consequências da Segunda Guerra Mundial e o desastre que as bombas atômicas, e faz o protesto como uma espécie de lembrete pelo simbolismo poético da "Rosa" sobre que as motivações e efeitos de uma guerra que nunca terão o mesmo peso. Também é abordado as importantes conceituações de Justiça (Justiça Restaurativa como virtude e como Equidade) que forma a efetiva Cultura de Paz em sua totalidade. Em relação a metodologia da pesquisa, esta será qualitativo-explicativa, bibliográfica e dedutiva.

Palavras-Chave: Cultura de Paz. Justiça e Anime. Direito e Arte

**APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL BRASILEIRO: UM ESTUDO
DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

Luziane da Silva Barros

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

Neste trabalho, aborda-se o tema da aposentadoria do trabalhador rural no Brasil, com foco na análise dos requisitos necessários para a concessão desse benefício. São apresentados os aspectos gerais da seguridade social, incluindo seus objetivos, o contexto histórico e a evolução legislativa no Brasil. Em seguida, é feita uma exploração conceitual do homem do campo, destacando as características específicas dessa categoria. Um ponto crucial abordado é o acesso à aposentadoria rural no país, com a discussão dos desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais ao buscar esse benefício. Adicionalmente, é conduzida uma análise minuciosa dos requisitos e critérios para a validação do exercício da atividade rural. Através deste estudo, almeja-se compreender os desafios que os trabalhadores rurais enfrentam ao buscar a aposentadoria e propor possíveis melhorias no sistema de concessão desse benefício. O estudo foi qualitativo, com caráter exploratório, com pesquisa bibliográfica intensa. O método para a análise dos dados foi o dedutivo. Os resultados da pesquisa destacam a importância da seguridade social, especialmente para os trabalhadores rurais. A legislação avançou, proporcionando acesso à aposentadoria rural, mas ainda existem desafios, como a informalidade e sazonalidade do trabalho no campo. A evidenciação da atividade rural para efeitos de aposentadoria apresenta complexidade devido à ausência de registros formais e às características inerentes ao labor no campo. São essenciais políticas públicas simplificadas e campanhas de conscientização para promover a equidade no acesso à aposentadoria rural, exigindo a cooperação entre governo, entidades e sociedade para assegurar os direitos dos trabalhadores rurais.

Palavras-Chave: Aposentadoria rural. Trabalhador rural. Seguridade social. Requisitos. Comprovação.

**DIREITO ELEITORAL: A INTERNET COMO MEIO E INSTRUMENTO DE
PROPAGANDA ELEITORAL PERANTE A LEGISLAÇÃO**

Marcos Eduardo Alves de Castro

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Este artigo aborda a propaganda política na internet durante as eleições presidenciais de 2022, analisando a legislação, os métodos utilizados pelos candidatos e os impactos das *fake news*. O objetivo principal é compreender como a internet é usada na propaganda política, sua relação com a legislação e os desafios relacionados às *fake news*. A internet é um meio eficaz e acessível para disseminar ideologias políticas e conquistar eleitores. No entanto, também é propícia à propagação de notícias falsas que podem prejudicar candidatos. O estudo se propõe a responder questões como as regras da legislação para propaganda na internet, a destinação de dinheiro público para essa finalidade e como a legislação lida com *fake news*. O artigo utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva, com pesquisa bibliográfica, para analisar a legislação eleitoral e sua aplicação na internet. Também destaca a importância das redes sociais na formação de bolhas de opinião. O trabalho menciona o Projeto de Lei das *Fake News* e a necessidade de equilibrar a regulamentação com a liberdade de expressão. Além disso, aborda as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como instrumento regulatório. Os resultados indicam que a internet foi utilizada como meio de propaganda política no contexto das eleições presidenciais de 2022, destacando-se a importância da regulamentação adequada para garantia de eleições justas e transparentes.

PALAVRAS-CHAVE: Internet. Propaganda Eleitoral. *Fake News*.

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PRÁTICA DO FUTEBOL E AS POLITICAS DE
INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT**

Mariana Gonçalves Silva

Orientadora: Prof.^a Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

RESUMO

A presença de mulheres no futebol tem crescido ao longo dos anos, embora historicamente o esporte tenha sido dominado por homens. Porém, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados, como a disparidade de recursos e oportunidades entre o futebol masculino e feminino, bem como estereótipos de gênero persistentes. O presente estudo tem por objetivo analisar a participação das mulheres no futebol e se há as políticas de inclusão na cidade de Araputanga-MT, bem como identificar o preconceito e a discriminação da mulher no futebol feminino. A metodologia foi aplicada através do estudo descritivo qualitativo, no qual utilizou-se um questionário fechado como instrumento de coleta de dados. Utilizou-se como amostra um grupo de 38 alunas, com idades entre 11 e 15 anos, do ensino fundamental II e um grupo de 12 atletas do time de futsal feminino, com idades variando entre 18 e 35 anos. Após a etapa de pesquisa e coleta, os dados foram organizados em gráficos e discutidos de acordo com as respostas obtidos. Foi possível identificar preconceitos sofridos pelas entrevistadas, como a indagação sobre a sexualidade, a rejeição pela família e até no ambiente escolar. Dessa forma, podemos perceber que o preconceito ainda persiste em nossa sociedade quando se trata das mulheres na área esportiva, especialmente no futebol.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero Feminino. Preconceito. Futebol.

**ASSÉDIO SEXUAL SOB A ÓTICA DO DIREITO DO TRABALHO: AS
CONSEQUÊNCIAS PARA O EMPREGADO E EMPREGADOR.**

Marianne Oliveira Pirelli

Orientadora: Prof. Dra. Claudirene Andrade Ribeiro

RESUMO

O artigo analisa as principais consequências do assédio sexual no ambiente do trabalho para o empregado(a) e o empregador. Para tanto, vale-se do método de estudo qualitativo e exploratório a partir de bibliografia e legislação pertinente ao tema e explora as categorias do assédio sexual, dos direitos da personalidade e do poder empregatício do empregador. A pesquisa destaca a importância do dever do empregador de atuar na prevenção e combate ao assédio sexual nas empresas, por meio da aplicação de políticas eficazes e sensibilização para o problema, com vistas a assegurar um ambiente de trabalho livre de condutas tidas como assediadoras, conforme, inclusive, recente alteração legislativa trazida pela lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, uma vez que essa prática produz impactos profundos nas vítimas. Neste contexto, o poder empregatício, que representa a autoridade do empregador sobre os(as) empregados(as), desempenha um papel crucial para o combate ao assédio sexual no ambiente do trabalho, à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, dos direitos da personalidade e do dever de manter um meio ambiente do trabalho saudável. O assédio constitui uma ofensa ao direito de personalidade da vítima, geralmente empregado(a), que pode se valer do pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho, com o afastamento imediato do ambiente e também pedido de indenização por danos morais e materiais e para o(a) assediador(a), a lei permite a dispensa por justa causa por parte do empregador, caso seja empregado(a) e responsabilização civil perante o(a) assediado(a), sem prejuízo da questão penal. Para o(a) empregador(a), a negligência em relação ao assédio sexual no ambiente de trabalho pode resultar em multas administrativas perante os órgãos de fiscalização do meio ambiente do trabalho, condenação ao pagamento das rescisões indiretas e em indenizações advindas da responsabilidade civil, além dos danos à imagem da empresa.

Palavras-chave: Assédio sexual, Direito do trabalho, Rescisão indireta do contratual.

**EUTANÁSIA: LIBERDADE DE ESCOLHA, DIREITO A VIDA OU
DIGNIDADE**

Mateus Gonçalves Marassi

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com o objetivo de compreender e informar sobre o uso da eutanásia, este trabalho de conclusão de curso tem como intuito uma explanação abrangente dos direitos e princípios fundamentais relacionados a esse tema. Neste contexto, destacam-se direitos como o direito à vida, à liberdade e à dignidade, os quais frequentemente são colocados em uma hierarquia de valores, gerando uma situação em que alguns deles são considerados mais importantes do que outros. Isso pode resultar em impactos negativos na vida das pessoas, e é com base nessa perspectiva que este trabalho busca cumprir sua finalidade. A proposta deste trabalho é apresentar os princípios mencionados, suas aplicações e objetivos no contexto da eutanásia, explorando as perspectivas de diversos autores renomados. Serão abordadas as posições desses autores em relação à disposição hierárquica dos princípios e como essa hierarquia é aplicada na análise da eutanásia. Este estudo é conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, respaldada por extensa revisão bibliográfica, e utiliza o método de análise dedutivo para aprofundar a compreensão do tema. Dessa forma, o presente trabalho almeja contribuir para um entendimento mais amplo e aprofundado da complexa relação entre direitos fundamentais e a prática da eutanásia, considerando a perspectiva de diversos estudiosos e especialistas no campo, a fim de enriquecer o debate sobre esse tema crucial e controverso.

Palavras-chave: Autonomia de Vontade. Direito a Vida. Dignidade

**INFÂNCIAS NA INTERNET: OS CAMINHOS DA EROTIZAÇÃO INFANTIL PARA
A PEDOFILIA**

Matthew Rodrigues de Paula

Orientador: Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O presente artigo aborda a crescente exposição infantil e a erotização prematura de crianças na internet, especialmente em redes sociais. O objetivo principal é analisar a influência das redes na adultização das crianças, fato este que pode atrair agressores sexuais gerando uma pedofilia virtual. A pesquisa emprega uma abordagem qualitativa, descritiva e utilizando da hermenêutica jurídica, nos procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica, análise de legislação e doutrina, bem como reflexão sobre o material coletado. Dentre os resultados destaca-se a evolução histórica das percepções sobre a infância. No entanto, a internet e as redes sociais estão apagando essa linha divisória da infância e da fase adulta, expondo as crianças a conteúdo adulto e criando desafios para a proteção destas no ambiente virtual. A exposição infantil na internet tem impactos significativos na sociedade, incluindo a normalização de comportamentos adultos precoces e a vulnerabilidade das crianças a abusos, neste ponto há o sistema judiciário que enfrenta desafios na adaptação das leis para lidar com crimes cibernéticos, como a pedofilia virtual, assim à pesquisa destaca os pontos acerca dessa exposição, apresentando seus riscos para as crianças, e mencionando a frequente aparição de infantes em vídeos na internet, expondo conteúdos que afetam negativamente seu desenvolvimento saudável nos padrões da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Estatuto da criança e do Adolescente (ECA). Psicologia. Rede mundial de computadores.

**A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELO PRISMA DA BIOÉTICA: O ECOAR DAS
VOZES FEMININAS PELOS SEUS DIREITOS**

Nayara Clarissa da Silva Rimi

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

A violência obstétrica é uma das formas de violência contra a mulher com altos índices de ocorrência no Brasil. Diante dessa situação, o presente artigo tem o objetivo estudar e problematizar a violência obstétrica sob o prisma da bioética apresentando ainda o princípio da dignidade da pessoa humana. Quanto a metodologia, em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa com caráter dedutivo, a delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de livros, artigos, teses, legislação publicadas no Brasil o que permitiu a chegar a uma conclusão, que decorreu da coleta dos dados bibliográficos, para que então pode-se conhecer o tema. Os resultados indicam que a violência obstétrica tem uma raiz histórica, marcada por questões de gênero, classe e raça, na qual essas características somadas com as relações de poder, levam a situações de abuso, violação da liberdade e de subjugação do outro podendo ser sofrida de diversas formas, sendo elas: física, psicológica, sexual e por negligência por parte da equipe hospitalar e que inúmeras mulheres ainda desconhecem tais práticas como uma forma de violência. Entretanto, no Código Penal Brasileiro, não há nenhum artigo específico que preveja a responsabilização do agressor que pratica violência obstétrica contra a mulher, mesmo que a prática da violência obstétrica por médicos, não passe de um erro médico, em que a vítima não consegue obter justiça pelo ocorrido, por não ser considerado crime.

PALAVRAS-CHAVE: Violência obstétrica. Dignidade da pessoa humana. Direitos Humanos

**A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PELO PODER JUDICIÁRIO DA
COMARCA DE MIRASSOL D' OESTE-MT E A EFETIVIDADE AOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE
GÊNERO: ESTUDO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS**

Pâmela Karine Dias Paixão dos Santos

Orientadora: Profª Ma. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar sobre a violência doméstica, a acessibilidade às medidas protetivas, e analisar os reflexos sociais dos projetos desenvolvidos pelo poder judiciário da comarca de Mirassol D' Oeste-MT, na aplicação da Lei Maria da Penha. Buscando analisar a viabilidade da aplicação da justiça restaurativa na resolução dos casos que envolvem violência de gênero, sendo uma alternativa possível e benéfica para as vítimas e o agressor, demonstrando ser um método mais humanitário. Para isso, foi utilizado o método dedutivo e abordagem qualitativa. Os objetivos da pesquisa foram à exploratória, buscando definir a Lei Maria da Penha, as medidas protetivas e justiça restaurativa, bem como seus valores e princípios, demonstrando sua aplicabilidade no Brasil. A Justiça Restaurativa vem mostrar que há possibilidade de diálogo entre ofensor e vítima, bem como de uma nova sensação de justiça realizada. Desse modo demonstra sua relevância social na medida em que o empoderamento feminino e a luta por direitos iguais entre os gêneros são um tema atual e polêmico da sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Medidas protetivas de urgência. Justiça Restaurativa. Comarca de Mirassol D'Oeste/MT. Projetos desenvolvidos.

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO À LEI Nº 12.850/2013: AS IMPLICAÇÕES
NO TRÁFICO DE DROGAS E CRIME ORGANIZADO NA FRONTEIRA OESTE DO
ESTADO DE MATO GROSSO**

Pedro Henrique Teixeira Menezes

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema “Políticas públicas referentes à lei nº 12.850 de 2013: implicações para o tráfico de drogas e crime organizado na fronteira oeste de Mato Grosso” como fato da vida em que habitamos e, antes de tudo, requer atenção. Os problemas que serão abordados são 1. Quais os resultados práticos das medidas de prevenção ao crime organizado, em consequência da lei nº 12.850/2013? 2. Qual o cenário atual mediante a adoção de políticas públicas quanto ao tráfico de drogas e crime organizado na área da fronteira oeste do estado de Mato Grosso? 3. As políticas públicas adotadas pelo estado têm reduzido o crime organizado nos últimos cinco anos? Objetivo é analisar as políticas públicas em relação a lei nº 12.850/2013 e as implicações no tráfico de drogas e crime organizado na fronteira oeste do estado de Mato Grosso. A abordagem é qualitativa com caráter descritivo. Os dados coletados em campo decorrem de questionário aplicado aos profissionais da Segurança Pública (Polícia Militar e Gefron) com descrição de como está sendo desenvolvido o combate à criminalidade. Os resultados indicam que a expansão do crime organizado produz nefastos impactos na economia e no desenvolvimento nacional e local. Não apenas o tráfico de drogas e armas, mas também o contrabando e o descaminho, além da corrupção e a lavagem de dinheiro, produzem enormes prejuízos ao erário público e interferem nas decisões de investimento das empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Crime organizado. Fronteiras. Segurança Pública.

**TRABALHADOR RURAL: GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À
APOSENTADORIA**

Rodrigo Beraldi Brauno

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

O tema tem por objetivo analisar de forma detalhada o trabalhador rural, segurado especial, garantia Constitucional de acesso à previdência. De acordo com a Constituição de 1988 institui um meio de proteção social mais precisamente “seguridade social”, na qual tem sua principal característica a universalidade, o que garante condições mínimas a sobrevivência humana com dignidade. Para tanto, a Constituição Federal instituiu três direitos sociais, sendo que cada um tem sua atribuição, qual seja, proteger os beneficiários. No mais, a seguridade social disponibiliza dois meios, a primeira tem por objetivo garantir a saúde a todos, já a outra a outra tem por finalidade a concessão de recursos para a sobrevivência digna humana. Justificam-se ainda ante a proteção previdenciária assegurada ao trabalhador rural, apresentando, as proteções existentes constantes dentro do texto da Constituição de 1988. Diante disso, serão analisadas as contribuições devidas de acordo com cada trabalhador rural, além das formas de benefícios a que fazem jus, dentro do contexto do trabalhador rural. Conforme preceitos especificados na Constituição Federal de 1988 na qual possui um sistema amplo de proteção social denominando assim “seguridade social”, trazendo em seu bojo efetividade tendo por base o princípio da solidariedade, vez que tal preceito encontra-se consolidado no artigo 195 da Constituição Federal.

Palavras-Chave: Trabalhador Rural. Segurado Especial. Garantia Constitucional.

**O DIÁLOGO COMPETITIVO E AS LICITAÇÕES PÚBLICAS: PRINCIPAIS
ASPECTOS E NUANCES**

Roselaine de Oliveira Alexandre

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

Este artigo traz uma abordagem acerca da nova modalidade licitatória instituída pela Nova Lei de Licitações e Contratos, previamente descrevendo acerca das características gerais das licitações e de algumas novidades introduzidas na Lei n.º 14.133/2021 e por fim traça as propriedades do diálogo competitivo, elencando seu conceito, às hipóteses em que é restrito e seu rito. O objetivo é estudar acerca do diálogo competitivo, analisando os pontos assertivos e ângulos que devem ser aprimorados e discutidos para seu efetivo exercício. A abordagem da pesquisa foi a qualitativa, por intermédio de fontes bibliográficas, através do método de análise dedutivo. Os resultados demonstram pela favorável recepção da nova modalidade licitatória como revolucionária no âmbito das licitações, contudo há elementos que a permeiam os quais devem ser ainda discutidos e aprimorados.

PALAVRAS-CHAVE: Licitações públicas. Lei n.º 14.133/2021. Diálogo Competitivo.

**REFORMA DA PREVIDENCIA SOCIAL, EMENDA CONSTITUCIONAL 103 DE
2019: IMPACTOS NA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

Rubens Jesus de Souza

Orientador: Prof. Me. André Luiz Picoli Herrera

RESUMO

Este estudo aborda as complexas implicações do envelhecimento demográfico global e brasileiro, destacando desafios previdenciários emergentes. A análise abrange a reforma da Previdência de 2019 no Brasil, enfrentando o desequilíbrio fiscal e a necessidade de sustentabilidade diante do aumento das despesas. Ao contextualizar historicamente as reformas previdenciárias desde o Império até a contemporaneidade, o trabalho revela a evolução do sistema e sua adaptação aos desafios sociais. A conclusão destaca as inovações substanciais da Emenda Constitucional nº 103/2019, ressaltando seu impacto nas modalidades de aposentadoria e a necessidade de equilibrar sustentabilidade e proteção dos direitos previdenciários. Utilizando uma abordagem descritiva e metodologia qualitativa, a pesquisa busca compreender a realidade por meio da perspectiva dos indivíduos envolvidos. O método científico dedutivo foi aplicado, baseado em premissas estabelecidas pela revisão bibliográfica e análise dos dados. O estudo visa fornecer informações adicionais sobre o tema, contribuindo para a temática do problema previdenciário.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento demográfico, Reforma da Previdência, Sustentabilidade

ATO INFRACIONAL: A INEFICIÊNCIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS CUMULADAS COM SERVIÇO COMUNITÁRIO APLICADAS PELO PODER JUDICIÁRIO NA COMARCA DE ARAPUTANGA-MT NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2020 A AGOSTO DE 2023

Ryan J. Lima Seba

Orientadora: Prof.^a Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

Sabe-se que os menores de 18 (dezoito) anos são inimputáveis penalmente, mas estão sujeitos às normas da legislação especial, qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O diploma estatutário adotou a doutrina da proteção integral, aplicando aos adolescentes em conflito com a lei a responsabilização pela prática de ato infracional através de imposição de medida socioeducativa. Assim, o presente trabalho tem como objetivo conceituar e caracterizar o ato infracional; sintetizar as responsabilidades penais do adolescente, os procedimentos legais adotados pela polícia, ministério público, juiz da infância e juventude; e por fim, apresentar um breve estudo dos atos infracionais cometidos na comarca de Araputanga-MT por meio da análise indutiva, um método de raciocínio lógico que parte de observações específicas para extrair conclusões mais amplas. A pesquisa foi realizada através da análise documental de 22 processos de prescrição de medidas socioeducativas no período de janeiro de 2020 à agosto de 2023 na Vara Única da comarca de Araputanga-MT. Na análise dos dados, notou-se a morosidade em fiscalizar as medidas socioeducativas aplicadas, visto que, em sua maioria, a medida fora arquivada por atraso no tratamento do processo. Ademais, sugere-se possíveis soluções para atender as necessidades imprescindíveis dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Ato infracional. Delinquência juvenil. Medidas socioeducativas.

**CRIPTOATIVOS E A BLOCKCHAIN: COMO ESSA TECNOLOGIA PODE SER
BENEFICENTE NA PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS NO SISTEMA
BANCÁRIO BRASILEIRO**

Sâmela Santana Almeida Braga

Orientador: Prof. Me. Jefferson Antonione Rodrigues

RESUMO

Com o propósito de aprofundar nossa compreensão das transformações ocorridas no sistema financeiro devido à ascensão das criptomoedas e dos criptoativos, bem como das consequentes mudanças no *'modus operandi'* de crimes que agora utilizam essas moedas digitais para perpetrar fraudes e golpes, este trabalho de conclusão de curso se desenvolve em uma jornada de pesquisa que estabelece um diálogo instigante entre o Direito Penal e Processual Penal, focando nos delitos cibernéticos e no mercado de criptoativos. Além disso, ele aborda a tecnologia blockchain como objeto de um potencial regulamentação no cenário jurídico brasileiro. Essa regulamentação visa fortalecer a tendência de virtualização do sistema bancário brasileiro, proporcionando maior segurança às pessoas que atuam no setor de investimentos em criptomoedas ou simplesmente têm interesse nesse universo em expansão. Ao longo do artigo, os acontecimentos serão detalhadamente analisados, com base em doutrinas especializadas, pesquisa quantitativa e qualitativa, revisão bibliográfica e estudos de casos práticos. Buscando, traçar um panorama abrangente das implicações legais e financeiras das criptomoedas e criptoativos, ao mesmo tempo em que investigamos estratégias para mitigar os riscos associados a essas inovações tecnológicas. Para que dessa forma haja uma contribuição para a compreensão das complexas interações entre o mundo das finanças digitais e o sistema jurídico, fornecendo insights relevantes para os reguladores, investidores e cidadãos específicos nesse campo emocionante e desafiador de estudo. Por fim, visa promover um debate informado sobre como conciliar a revolução das criptomoedas com a necessidade de manter a integridade e a segurança dos mercados financeiros.

Palavras-chave: Direito Bancário. Fraudes criptoativas. Direito Penal. Processo Penal. Blockchain.

**CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: NECESSIDADE DE LANÇAMENTO
EM DEFINITIVO DO TRIBUTO ANTES DA AÇÃO PENAL**

Thailan Ventura Garrio

Orientador: Prof. Me. Jean Dias Ferreira

RESUMO

A escolha do presente tema “crime contra a ordem tributária: Necessidade de lançamento em definitivo do tributo antes da ação penal”. Os tributos são constituídos como forma de transferência de recursos da pessoa para o governo, que influenciam no comportamento, ou seja, em decisões dos agentes no que toca aos usos dos recursos. Assim, em função da elevada carga tributária e aos impactos causados no ambiente empresarial e na vida das pessoas físicas, fazem com o que surgem de forma constante discussões e debates com relação à carga tributária. O crime tributário ou ilícito tributário é quando ocorre o descumprimento por parte do contribuinte da obrigação tributária. Ademais, quando detectado, pelo Fisco, o ilícito tributário, a lei sancionará o contribuinte infrator, através da imposição de penalidade pecuniária ou execução judicial forçada. Assim, o tema do trabalho teve como motivação inicial a realidade econômica que o Brasil está enfrentando, e à proporção que o tema vem sendo discutido no Senado e na Câmara de Deputados. Atualmente com base na realidade econômica do país, a discussão sobre a importância ou dificuldade em relação à implementação de impostos é fundamental, em razão da real situação que a população está passando, diante de divergentes situações econômicas. A metodologia utilizada foi à qualitativa, exploratória. O procedimento técnico usado foi à pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão. Por fim, o método escolhido foi o dedutivo.

Palavras-chave: Direito Tributário. Crime Tributário. Processo Administrativo.

**ACESSIBILIDADE DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA
INCLUSIVA DA FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ - FCARP**

Thais Vitoria Oliveira Silva

Orientadora: Profª Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

RESUMO

De acordo com levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2021, existem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. Apesar de configurar uma parcela expressiva da população e terem seus direitos de acessibilidade e inclusão social garantidos pela legislação, os PcD ainda enfrentam diversos desafios para ter uma vida plena e usufruir de todos os direitos enquanto cidadãos. O objetivo da pesquisa foi examinar a política de inclusão e acessibilidade para estudantes cadeirantes da FCARP. Quanto a metodologia, em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório e dedutivo, a delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de livros, artigos, teses, legislação, que decorreu da coleta dos dados bibliográficos. A pesquisa de campo foi realizada na Faculdade no período de fevereiro a setembro de 2023, com entrevista com a Diretora Geral da FCARP, observações com registros fotográficos. Os principais resultados encontrados indicam que a estrutura da FCARP cumpre com as exigências da NBR 5090 e está periodicamente realizando reformas e modificações para melhor atender aos seus alunos, ademais é importante frisar a necessidade das iniciativas proativas de participação para implementação de medidas inclusivas tanto das universidades, quanto do governo e da sociedade em busca de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chaves: Acessibilidade. Políticas Públicas. Inclusão.

**RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL: O PAPEL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO NA PRESERVAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

Thiago Aguiar da Silva

Orientadora: Prof.^a Ma. Edna Soares da Silva

RESUMO

Este artigo aborda a responsabilidade civil ambiental por meio do papel das políticas públicas do estado de Mato Grosso na preservação e fiscalização do meio ambiente. O principal objetivo é conhecer o funcionamento das políticas públicas desenvolvida pelo Estado para a proteção e a reparação ambiental. Deste modo, deliberar sobre a responsabilidade civil ambiental. Quanto a metodologia, em relação a abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório e dedutivo, a delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de livros, artigos, teses, legislação publicadas no Brasil o que permitiu a chegar a uma conclusão, que decorreu da coleta dos dados bibliográficos, e por meio do método de análise dedutivo se pode conhecer o tema. Os resultados indicam que há uma falta de atenção do Estado na preservação do meio ambiente, tendo em vista que a cada dia que passa os biomas do Estado de Mato Grosso estão sendo mais degradado, dessa forma é necessária uma maior fiscalização e a criação de leis mais rígidas para impedir os infratores de destruir um bioma que é de todos nós.

Palavras-Chave: Meio ambiente. Responsabilidade civil. Direito Ambiental.

**OS DIREITOS DO NASCITURO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ACERCA DE
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DA VIOLAÇÃO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Thiago Bruno Gonçalo da Silva

Orientadora: Prof.^a Esp. Jackeline Oliveira da Silva Sousa

RESUMO

Os direitos do nascituro são um tema de grande relevância, no estudo do direito personalíssimo no âmbito do Direito Civil, por constituir acirrada discussão doutrinária, acerca do artigo 2º do Código Civil, ao tratar da personalidade jurídica, da sua concepção e seu nascimento, bem como dos seus direitos e das suas obrigações. Neste trabalho abordam-se as teorias mais relevantes a serem estudadas: a teoria natalista, a teoria da personalidade condicional e a teoria concepcionista. Observa-se que a teoria majoritária prevalece entre os doutrinadores contemporâneos do Direito Civil Brasileiro. Seu objetivo é identificar o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito da tutela jurídica do nascituro, em especial no que se refere ao reconhecimento do dano moral em favor do mesmo, tendo em vista a violação aos direitos da personalidade. Desenvolve-se claramente uma pesquisa bibliográfica, a partir de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, constituindo-se como parte de uma pesquisa descritiva, utilizando-se do método dedutivo, com o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Destaca-se, por fim, o entendimento majoritário do STJ de inspiração concepcionista, que colabora para a discussão de um estatuto do nascituro.

Palavras-Chave: Direitos do nascituro. Indenização por danos morais. Jurisprudência STJ.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER À LUZ DA JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA
ANÁLISE DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO INSTRUMENTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Vanessa Eloíza da Silva

Orientadora: Prof.^a Esp. Jackeline Oliveira da Silva Souza

RESUMO

O ordenamento jurídico brasileiro é marcado por décadas de domínio masculino, perpetuando privilégios e autoridade exclusivamente masculina. Apesar dos avanços, a Constituição Federal de 1988 ainda mantém lacunas persistentes na desigualdade de gênero. A virada significativa ocorreu com a promulgação da Lei "Maria da Penha" (Lei 11.340/2006) em 2006, seguida pela Lei 13.104/2015, que tratou dos homicídios motivados pela condição de sexo feminino.

No entanto, o fenômeno da violência de gênero está enraizado em estruturas culturais e sociais, exigindo abordagens abrangentes. A justiça restaurativa, uma alternativa inovadora e eficaz, propõe mudar o paradigma do sistema legal tradicional, com foco na reparação, reconciliação e transformação social. Esta pesquisa aborda questões cruciais na violência contra a mulher e na justiça restaurativa, incluindo a definição abrangente da violência de gênero, a análise da justiça restaurativa e a exploração das práticas restaurativas como instrumentos para a transformação social em conflitos de gênero. Os objetivos incluem a apresentação de um conceito holístico de violência contra a mulher, a compreensão da justiça restaurativa e a análise das práticas restaurativas para promover a transformação social em contextos de violência de gênero. A metodologia adotada baseia-se na revisão bibliográfica e documental, analisando livros, artigos científicos, jurisprudências, regulamentos e projetos sociais relacionados. Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço do conhecimento sobre a violência de gênero à luz da justiça restaurativa, fornecendo insights valiosos para a promoção da igualdade de gênero e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Justiça restaurativa. Práticas restaurativas.

**A (DES) FLEXIBILIZAÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: MEDIDAS
NORMATIVAS E DISCURSOS EM OPOSIÇÃO SOBRE A POSSE E O PORTE DE
ARMAS NO BRASIL**

Vitor Paulo Rodrigues Santos

Orientador: Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO

Este artigo aborda a Lei n. 10.826/03, buscando fazer um levantamento acerca das principais mudanças desde a sua criação, momentos históricos, flexibilização e desflexibilização e as consequências na sociedade. O principal objetivo é analisar o Estatuto do Desarmamento em face da posse e do porte de armas, devido às mudanças provocadas através de alguns decretos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em relação a flexibilização para posse e porte de armas de fogo, e em contexto atual, as alterações realizadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com levantamento dos discursos em oposição sobre a temática. A abordagem é qualitativa de caráter exploratório, procurando os aspectos subjetivos dos fenômenos e as motivações não explícitas dos comportamentos. Os procedimentos técnicos adotados são a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação e doutrinas sobre o assunto em questão. Por fim, o método utilizado para análise dos dados é o compreensivo, pois se trata de um procedimento analítico, no qual incentiva a integração de um maior número possível de elementos e conexões em seu exercício.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento. Armas de Fogo. Segurança Pública.

**INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DO JOVEM: A GARANTIA DO TRABALHO
COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

Walter Lopes Nascimento

Orientadora: Prof.^a Esp. Rute de Laet e Soares

RESUMO

Este artigo aborda a inclusão socioeconômica do jovem, a garantia do trabalho como direito fundamental. O principal objetivo é analisar os desafios da juventude em sua inserção no mercado de trabalho como instrumento de cidadania em relação aos direitos fundamentais, previsto na Constituição Federal de 1988, artigos 6º e 205, frente a abstenção de informações bem como estratégias que podem ajudar os jovens a encontrarem oportunidades de emprego. A delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na amostra de 107 (cento e sete) jovens da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima no município de Araputanga-MT, a fim de obter respostas a partir de sexo, faixa etária e nível de escolaridade. A abordagem é quanti-qualitativa, naquilo que se conhece como hibridismo metodológico. O método utilizado para análise dos dados é o indutivo, o que possibilita a análise do fenômeno, cujas causas se desejam conhecer, comparando-o com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Os resultados indicam que por mais que maioria dos entrevistados encontram-se inseridos no mercado de trabalho, as dificuldades conseguir um emprego ainda estão presentes na realidade dos jovens.

Palavras-Chave: Trabalho. Educação. Juventude. Mercado de Trabalho.